

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.563, DE 2001 (MENSAGEM Nº 991/01)**

“Aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Assistência e Educação – FAESA, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.”

**Autor:** Comissão de Ciência e Tecnologia,  
Comunicação e Informática

**Relatora:** Deputada RITA CAMATA

### **I - RELATÓRIO**

A proposição em epígrafe aprova “o ato constante do Decreto de 6 de setembro de 2001, que outorga concessão à Fundação de Assistência e Educação – FAESA, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo”.

Na Exposição de Motivos que acompanha o ato, o Senhor Ministro de Estado das Comunicações atesta que o pedido de concessão encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, e que a entidade demonstrou possuir as qualificações exigidas para a execução do serviço.

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, apreciando a matéria, aprovou o parecer favorável do Relator, Deputado Pedro Irujo, à TVR n.º 1.105, de 2001, nos termos do presente Projeto de Decreto Legislativo.

## **II - VOTO DA RELATORA**

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto em exame.

Verifica-se que foram obedecidas as disposições constitucionais relativas à matéria, visto que é da competência da União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, cabendo ao Poder Executivo outorgar tais autorizações, concessões e permissões, nos termos dos arts. 21, XII, e 223, *caput*, da Constituição Federal. Foram igualmente atendidas as normas constitucionais de natureza material, expressas nos arts. 220 a 224 da Carta de 1988.

Outrossim, é da competência exclusiva do Congresso Nacional apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão, nos termos do art. 49, XII, da Constituição Federal. Cumple ressaltar que tais atos somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, conforme dispõe o § 3º do art. 223 do mesmo diploma.

Nada havendo a opor quanto à juridicidade e à técnica legislativa, e tendo em vista que a efetivação dessa proposta garantirá à comunidade de Colatina mais um meio de comunicação prestador de serviços e difusor da cultural e educativo, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1.563, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 200 .

Deputada RITA CAMATA  
Relatora